



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL

COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (ATUNS E AFINS)

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO REMOTA

BRASÍLIA/ DF, 24 de março de 2025



1. ABERTURA

A 8ª Reunião Extraordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Atuns e Afins (CPG Atuns e Afins) ocorreu no dia 24 de março de 2025, de forma remota por videoconferência no aplicativo Microsoft Teams.

Após aguardar que se completasse quórum suficiente de membros, a Secretária Executiva do CPG Atuns e Afins, Sr.^a Sandra Silvestre, cumprimentou os participantes e informou as boas práticas para a realização da reunião virtual.

A Sr.^a Sandra enfatizou a importância do respeito ao tempo de fala, pediu que utilizassem a função de levantar a mão no aplicativo para solicitar a fala, e que mantivessem os microfones desativados e câmera aberta. Além disso, orientou que assinassem a lista de presença virtual disponibilizada no chat. Também foi ressaltado que qualquer falta de respeito não seria tolerada.

Em sequência, iniciou a apresentação dos membros, segundo a Portaria SAP/MAPA nº 83, de 1 de junho de 2023, de designação dos membros do CPG Atuns e Afins, e dos convidados pelas instituições.

2. PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 8ª Reunião Extraordinária do CPG Atuns e Afins, realizada de forma remota:

- Secretaria-executiva do CPG Atuns e Afins

Senhora Sandra Silvestre (Secretária Executiva)

Senhora Mariana Martins Lobato (Secretária Adjunta)

Senhora Ítala Gabriela Sobral dos Santos (Apoio Técnico)

Senhora Thamires Bride Ventura (Apoio Técnico)

Senhora Michele Brito (Apoio Técnico)

Senhora Ananda Souza Lima (Apoio Técnico)

- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Senhora Adayse Bossolani da Guarda (Suplente - SNPA)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Leonardo Martins (Convidado - SNPA)

- Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Senhor Antônio Queiroz Lezama (Convidado)

- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (ausente)

- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) (ausente)

Estado-Maior da Armada da Marinha do Brasil (EMA/MB) (ausente)

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Senhora Mônica Brick Peres (Titular)

- Secretaria da Agricultura da Pecuária e da Pesca do Estado do Rio Grande do Norte (SAPE/RN) (ausente)

- Secretaria da Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará (SPA/CE)

Senhor Luiz Vieira de França Neto (Suplente)

- Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo (SEAG/ES) (ausente)

- Secretaria Executiva da Aquicultura e da Pesca de Santa Catarina (SAP-SC)

Senhor Fabiano Muller Silva

- Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA):

Senhor Jairo Gund (Titular)

Senhora Laís Pestana (Suplente)

- Associação Brasileira de Engenharia de Pesca (ABEP)

Senhora Patrícia Barros Pinheiro (Titular)

- Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI)(ausente)

- Associação Nacional dos Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras (PESCA-BR)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Giovani Genazio Monteiro

Senhor Antônio Carlos Pereira Correa

- Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE)

Senhor Carlos Eduardo Villaça (Titular)

- Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA) (ausente)

- Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP-BR) (ausente)

- Sindicato dos Armadores e das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região (SINDIPI)

Senhora Thaíza Maria Rezende da Rocha Barreto (Titular)

- Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins (FNTTAA) (ausente)

- Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Rio Grande do Sul (SINDIPESCA-RS)

Senhor Torquato Ribeiro Pontes Netto (Titular)

- Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Rio Grande do Norte (SINDIPESCA-RN)

Senhor Rodrigo Fauze Hazin (Titular)

- Sindicato das Indústrias de Frio e Pesca do Estado do Ceará (SINDIFRIO)

Senhor Paulo de Tarso Theophilo Gonçalves (Titular)

- Sindicato das Indústrias de Pesca, da Aquicultura e das Empresas Armadoras, Armadores e Proprietários de Embarcações de Pesca do Estado do Pará (SINPESCA)

Senhor Apoliano Oliveira do Nascimento (Titular)

- Sindicato dos Armadores da Pesca do Estado do Rio Grande do Sul (SINDARPES-RS)

Senhor Alexandre Carinha Novo (Titular)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Convidados do Ministério da Pesca e Aquicultura

- **Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Estado do Ceará** (ausente)
- **Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Estado do Espírito Santo** (ausente)
- **Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Estado de Pernambuco** (ausente)
- **Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Estado do Rio de Janeiro** (ausente)
- **Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Estado do Rio Grande do Norte** (ausente)
- **Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Estado do Rio Grande do Sul** (ausente)
- **Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Estado de Santa Catarina** (ausente)
- **Associação dos Pescadores e Armadores de Itapemirim (APAI PESCA)**
Senhor Miquéias Portela Carvalho (Convidado)
- **Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (SAPERJ)** (ausente)
- **Associação Nacional dos Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras (APEDI)** (ausente)
- **Associação Nacional dos Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras / QUALIPESC - Ceará (PESCA-BR / QUALIPESC)**
Senhor Emanuel Neves (Convidado)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

- Grupo Técnico Científico do CPG Atuns e Afins (GTC Atuns e Afins)

Senhor Rodrigo Sant'Ana (Coordenador GTC Atuns e Afins - Convidado)

- Secretaria Nacional de Registro e Monitoramento e Pesquisa / Ministério da Pesca e Aquicultura (SERMOP/MPA)

Senhora Eliema Ribeiro Borcem (Convidada)

Senhor Homero Luiz de Oliveira Destéfani (Convidado)

Senhora Rafaela Passarone (Convidada)

- Global Fishing Watch (ausente)

- Sea Shepherd Brasil

Senhor Juan Pablo Torres-Florez (Convidado)

- Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC)

Senhor André Mattos (Convidado)

Senhor Wilson Santos (Convidado)

- Camil Alimentação

Senhor Maurício Roberto Conceição (Convidado)

3. LISTA DE SIGLAS

Com intuito de trazer maior clareza acerca das siglas utilizadas ao longo da reunião, segue abaixo a lista de siglas para maior compreensão dos leitores.

ICCAT	Comissão Internacional para a Conservação do Atum no Atlântico
IN 05/2013	Instrução Normativa MPA nº 05, de 18 de junho de 2013
GTC	Grupo Técnico-Científico
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

N/NE	Regiões Norte e Nordeste
Portaria 135/2023	Portaria MPA nº 135, de 27 de setembro de 2023
REC	Recomendação
RE	Reunião Extraordinária
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
RO	Reunião Ordinária
SAP/MAPA	Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SERMOP	Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa da Pesca e Aquicultura
SNPI	Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva
SNPA	Secretaria Nacional de Pesca Artesanal
SIF	Serviço de Inspeção Federal

4. APROVAÇÃO DA AGENDA

A Secretária Executiva, Sr.^a Sandra, apresentou a agenda da reunião, que teve como pauta única a apresentação da proposta de norma de monitoramento do limite de captura de albacora-bandolim para o ano de 2025, pelo Ministério da Pesca e Aquicultura. Além disso, informou que seria apresentada a proposta do governo e a proposta do CONEPE.

4.1 Propostas de alocação de cota albacora-bandolim entre as modalidades para o ano de 2025

A Secretária Adjunta, Sr.^a Mariana Lobato, apresentou uma breve memória das propostas de cota, já apresentada na 5ª RO do CPG. Comentou que em decorrência de ter ultrapassado a cota brasileira de atuns tropicais, o Plano Devolução Brasil, aprovado em 2024, estipula o desconto de 538,5 toneladas da cota brasileira de



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

albacora-bandolim para 2025 a 2028. Assim, para evitar que o país ultrapasse a cota novamente, foi determinado um *buffer*, ou seja, uma redução de 5% em todas as frotas que pescam bandolim, para se ter uma margem de segurança.

A Sr.^a Mariana explicou que mesma metodologia usada em 2024 foi usada pela equipe do MPA para gerar a proposta de 2025, resultando nas cotas apresentadas na tabela 1. Assim, informou que o objetivo seria que os membros comentassem sobre a viabilidade econômica desta proposta para o setor produtivo.

Tabela 1. Proposta do governo de cotas de albacora-bandolim para cada modalidade de pescaria, para o ano de 2025.

Frota (modalidades)	Possível valor de cota para 2025 (toneladas)	Porcentagens (%)
Espinhel de superfície (1.1 e 1.2)	2207,32	35,11
Cardume associado (1.17)	2821,55	44,88
Cardume associado (1.18)	370	5,9
Espinhel de Itaipava (1.3 e 1.4)	288	4,6
Linha/vara - com isca viva (1.13)	291	4,6
Cerco (4.3 e 4.6)	17,6	0,28
Total	5995,47	95

Em sequência, a Sr.^a Mariana lembrou que em dezembro de 2024 foi dada a oportunidade às instituições para que enviassem propostas de cotas ao MPA. Assim, agradeceu ao CONEPE por ter enviado uma proposta com fundamentações, e solicitou o auxílio do Sr. Carlos Eduardo Villaça, a ser chamado nesta ata por Sr. Cadu Villaça, caso a apresentação tivesse algum erro de interpretação.

O CONEPE propôs manter os valores de alocação de 2024, e que o valor extra obtido pelo aumento da TAC do Brasil para 2025, ficasse como cota de reserva, de modo que se pudesse alocar essa reserva para as frotas que precisassem futuramente, como segue na tabela 2. Além disso, propôs também que se mantivesse um *buffer* de



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

5% como margem de segurança.

Tabela 2. Proposta do CONEPE de cotas de albacora-bandolim para cada modalidade de pescaria, para o ano de 2025.

Frota (modalidades)	Possível valor de cota para 2025 (toneladas)	Porcentagens (%)
Espinhel de superfície (1.1 e 1.2)	1.980	31,49
Cardume associado (1.17)	2.531	40,26
Cardume associado (1.18)	333	5,30
Espinhel de Itaipava (1.3 e 1.4)	259	4,12
Linha/vara - com isca viva (1.13)	262	4,17
Cerco (4.3 e 4.6)	16	0,25
Cota reserva	647,87	10
Total	6.028,87	95,90

A Sr.^a Mariana explicou que a diferença entre as propostas seria como lidar com o extra do aumento da cota brasileira, sendo proposto pelo governo que já se distribuisse proporcionalmente entre as frotas, já na proposta do CONEPE o aumento seria uma cota reserva.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) explicou que o governo teria poder de discricionariedade alocando essa cota conforme a necessidade, evitando eventuais conflitos entre as frotas. Disse que se baseou no problema do espinhel Itaipava, que parou a atividade em 2024 após alcançar sua cota, mesmo tendo sobrado cota das demais frotas. A Sr.^a Mariana agradeceu a fala e abriu para discussões.

O Sr. Wilson Santos (FIESC) perguntou se as capturas de 2024 para as modalidades 1.1 e 1.2 fecharam no valor de 1.980 t, como apresentado pelo CONEPE, e se estariam de acordo com o que se encontra no site do MPA.

A Sr.^a Mariana disse que houve uma transferência da cota de cardume associado para o espinhel, porém os valores estariam de acordo com o que foi



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

disponibilizado no Painel Unificado, no site do MPA.

O professor Sr. Rodrigo Sant'Ana (coordenador do GTC) se dispôs a apresentar os dados submetidos à ICCAT, referentes à preliminar de atuns tropicais do Brasil em 2024. A Sr.^a Sandra concordou, pois, embasaria as discussões.

O professor informou que foram capturadas 3.647,94 toneladas, valor abaixo da cota brasileira. Ele explicou que os dados apresentados foram bem fidedignos, podendo alterar pouquíssima coisa pois o sistema de mapeamento de bordo digital atual dá maior assiduidade. Assim, respondeu ao Sr. Wilson que, apesar de o dado não ter sido separado entre as modalidades, o *longline* chegou a capturar 2.026,93 t. O Sr. Sant'Ana disse que a queda de produção em comparação aos anos anteriores pode decorrer da perda de cardumes, pela paralização da atividade em 2023.

Após conferir com a equipe, a Sr.^a Sandra informou que em 2024 foram remanejadas 250 t da modalidade 1.17 para a 1.1 e 1.2.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) perguntou se há previsão de divulgação dos dados de 2025 no Painel Unificado. A Sr.^a Elielma (SERMOP/MPA) respondeu que não há previsão pois ainda estão trabalhando nestes dados. Então ele perguntou se há alguma avaliação sobre o primeiro trimestre de 2025.

O Sr. Sant'Ana respondeu que os dados do primeiro trimestre de 2025 seriam entregues à ICCAT em abril. Sr. Rodrigo Hazin agradeceu e informou que gostaria de ter uma noção para avaliar as propostas de cotas a serem discutidas, pois a produção de 2025 está melhor. O Sr. Sant'Ana sugeriu fazer um relatório mensal e encaminhar aos membros.

A Sr.^a Mônica Brick (ICMBio) perguntou se seria discutido apenas a cota em si pois ela teria contribuições relacionadas à norma e ao controle da cota. A Sr.^a Sandra sugeriu compartilhá-las depois pois o tema seria abordado durante a reunião.

O Sr. André Mattos (FIESC) elogiou a rapidez que o GTC apresentou os dados de atuns ao CPG e perguntou qual metodologia é usada para a obtenção dos dados



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

de captura, além dos mapas de bordo. O Sr. Sant'Ana (GTC) informou que provém de mapas de produção, fornecidos pelas empresas, e mapas de bordo, fornecido pelos armadores, tratando-se então de uma amostra e não a totalização.

A Sr.^a Sandra (MPA) projetou novamente as duas propostas de cotas, informando que a do governo envolveria a previsão de publicação de apenas um ato normativo, sendo possível que se envolva realocações de cotas entre as frotas. Já a proposta do CONEPE necessitaria obrigatoriamente dois atos normativos, porém não envolveria realocações entre modalidades pois seriam feitas a partir da cota reserva.

Os senhores Hazin (SINDIPESCA-RN), Jairo (ABIPECA), Miquéias Carvalho (APAI PESCA) e Emanuel Neves (PESCA-BR / QUALIPESC) afirmaram que ambas foram boas, no entanto preferiam a proposta do MPA pois já sanaria a preocupação do CONEPE, ou, por não verem problema em realocar cotas entre as modalidades.

Já o Sr. Torquato (SINDIPESCA-RS) teve preferência pela proposta do CONEPE em virtude da aleatoriedade na atividade de pesca, optando pela redistribuição posterior da cota reserva. E afirmou que ambas seriam boas propostas pois preveem a mitigação da pesca excessiva além da cota brasileira.

Diante a não manifestação de outros participantes, a Sr.^a Sandra apontou a preferência pela proposta do MPA/MMA, e deu por aprovada a primeira proposta.

A Sr.^a Mariana, Secretária Adjunta do CPG, comentou que a proposta do governo já prevê a possibilidade de transferência de cota entre as modalidades, portanto, apelou ao senso de espírito coletivo de todos pois o principal é que o Brasil como um todo realize a melhor pescaria possível, sem ultrapassar a cota nacional. Assim reforçou que a possibilidade foi discutida em reunião, portanto deveriam evitar o sentimento de “perda para dar para o outro” pois dificulta o processo de mediação.

A Sr.^a Sandra novamente agradeceu a proposta do CONEPE e encerrou as discussões desta pauta.



4.2 Medidas de Monitoramento e Controle

A Sr.^a Mariana informou que a proposta ficou parecida com o estabelecido em 2024, baseando-se também no parecer Técnico Científico do GTC. As modalidades de espinhel deveriam ter cobertura mínima de 5% por observadores de bordo ou observadores científicos nas viagens de pesca, o que não significaria que apenas essas modalidades vão vir a ter essa cobertura. Por isso, solicitou o apoio dos na recepção dos observadores de bordo no âmbito do programa de monitoramento de atuns e afins, para viabilizar a continuidade da pescaria de albacora-bandolim.

Respondendo à Sr.^a Mônica Brick (ICMBio), disse que o monitoramento e controle dessas frotas será feito através do mapa de bordo digital, entregue em até sete dias corridos, de acordo com a Portaria 135/2023, para espinhel de superfície (1.1 e 1.2) e para cardume associado N/NE (1.17). Já no Mapa de Produção, provavelmente alteraria o prazo de entrega da IN/2013 para 5 dias corridos.

Os gatilhos seriam os mesmos, sendo 95% de encerramento da pesca para 1.1 e 1.2, e para 1.17 seria ao atingir 80% da captura. Na iminência de ultrapassar a cota, fecharia a pesca para todos, evitando passar do limite. A Sr.^a Mariana lembrou os 5% de margem de segurança que foi apontado no tópico anterior.

Além disso, a Sr.^a Mariana apontou as três condicionantes para o retorno das embarcações à atividade pesqueira: 1) Embarque de observador de bordo ou observador científico em, no mínimo, 5% do total dos cruzeiros realizados durante o período; 2) Monitoramento dos portos de desembarques nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará; e 3) Utilização dos anzóis sem farpa. Assim, as embarcações podem retornar às atividades de pesca devolvendo os exemplares de albacora-bandolim ao mar, de preferência vivos, e podendo desembarcar outras espécies.

A Sr. Elielma (SERMOP/MPA) reiterou a importância dos observadores de bordo, por isso informou que o MPA está trabalhando na norma de modo que se fortaleça essa obrigatoriedade de cumprir ao menos os 5%. E informou que diante o



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

trabalho da área de TI do MAPA-MPA, talvez ao longo de 2025 já esteja disponível a plataforma online dos mapas de produção, para trazer mais celeridade na contagem.

A Sr.^a Mônica Brick (ICMBio) destacou que a falta de treinamento para preencher os mapas de bordo é um problema, já que, por serem auto declaratórios, muitas vezes apresentam erros significativos. Ela compartilhou uma tabela com dados preliminares mostrando uma diferença de mais de 35% entre os mapas de bordo e as filmagens de duas embarcações de espinhel. Por isso, reforçou a importância de instruir os mestres de pesca sobre o preenchimento correto, e sugeriu retomar discussões sobre alternativas de controle de cota que não autodeclaradas.

A Sr.^a Sandra concordou, sugerindo marcar uma reunião para verificar como melhorar o aporte desses dados. Ela perguntou à SERMOP se já estavam fazendo um treinamento de preenchimento de mapa de bordo e a Sr.^a Elielma (SERMOP/MPA) confirmou, informando que há um cronograma de treinamento anual e estão sempre dispostos às demandas.

A Sr.^a Mônica expressou satisfação e propôs juntar esforços ao ICMBio pois este também possuía um programa de treinamento. Além disso, afirmou que também se preocupa com a qualidade de preenchimento dos mapas de bordo das embarcações de cardumes, o que indica que provavelmente o Brasil deverá negociar as cotas de bandolim devido aos dados subestimados, diante a diferença de 35%.

A Sr.^a Sandra comunicou que foi enviado no chat do Teams o link para fazer solicitação de treinamentos de preenchimento dos mapas de bordo à SERMOP e que, em breve, encaminhariam por e-mail o calendário da SERMOP. A Sr.^a Mariana (MPA) reforçou a importância da adesão e da participação do setor no monitoramento do desembarque, porque ele tem outro viés diferente das filmagens de câmeras.

O Sr. Miquéias (APAI PESCA) propôs que o prazo de entrega dos mapas de bordo fosse mantido em 15 dias, pois pode haver diferenças entre a forma que é trabalhado em diferentes portos ou frotas. A Sr.^a Elielma agradeceu a sugestão e informou que o fórum precisa avaliar a questão pois a redução do prazo visa a



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

celeridade do processo de controle. A Sr. Mariana lembrou que esta redução seria apenas para as três frotas de maior captura (1.1, 1.2 e 1.17), o que ajudaria a evitar que ultrapasse a cota pois determina o gatilho para a parada da pesca.

A Sr.^a Sandra, Secretária Executiva do CPG, perguntou qual seria o impedimento de encurtar o prazo. O Sr. Miquéias afirmou que os pescadores e armadores sempre tiveram dificuldade de reportar dados de mapas de bordo no sistema eletrônico, já havendo atrasos mesmo com os 15 dias de prazo em Espírito Santo. A Sr.^a Sandra lembrou que o prazo de 7 dias já foi proposto desde 2024.

O Sr. Miquéias pediu desculpas por não ter se atentado a estas discussões anteriores, mas solicitou que se considerasse pois com certeza haverá atrasos no reporte de dados, principalmente da região de Itaipava. Mas afirmou entender a questão do gatilho da cota e informou que vai explicar toda a questão ao setor.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) disse que 7 dias é um prazo razoável para o pescador fazer o preenchimento do mapa após descarregar a embarcação, seja a bordo ou anotando as capturas anteriormente. Além disso, criticou a ausência do IBAMA na reunião e reforçou que a autoridade pesqueira deve notificar e punir quem não cumprir os prazos, destacando a injustiça de empresas processadoras receberem comunicados de compra de pescado ilegal após mais de dois meses.

O Sr. Sr. Miquéias expressou descontentamento com a fala do Sr. Cadu Villaça, afirmando que a menção às sanções foi um pouco exagerada. Ainda assim, disse que vai explicar tudo para sua equipe e espera que os pescadores sejam mais ágeis. No entanto a Sra. Sandra explicou que a fala do CONEPE era sobre evitar sanções às empresas processadoras por atrasos no reporte, e o Sr. Cadu concordou, dizendo que isso já está previsto em norma. O Sr. Bell (PESCA-BR / QUALIPESC) faria o mesmo comentário do Sr. Cadu Villaça, mas se absteve após explicações.

Diante a não manifestação de outros participantes, a Sr.^a Sandra, Secretária Executiva do CPG, resumiu as decisões, sendo aprovada a proposta de cota do MPA/MMA, e sobre o monitoramento, não houve mudanças substanciais em relação



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

ao ano de 2024. Assim, informou que o MPA trabalharia para publicar a normativa e a SERMOP para publicar o Painei. A Sr.^a Sandra perguntou se haveria alguma outra manifestação dos participantes antes do encerramento da reunião.

4.3 Considerações extras

O Sr. Torquato (SINDIPESCA-RS) desabafou sobre a pesca de Atuns e afins no Sul. Diante da incerteza de sair uma norma para a pesca do cação-azul, afirmou que associados do Sindicato estão muito preocupados e indignados. Por isso, fez um apelo para que se resolva a questão. A Sr.^a Sandra informou que a norma já passou pelas equipes técnica e jurídica do MPA e pela técnica do MMA. O Sr. Antônio Lezama (MMA) confirmou, dizendo que é a última etapa de análise do MMA.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR), concordou com o Torquato, e lembrou que a publicação estava prevista para janeiro e expressou insatisfação com a postura do IBAMA, pedindo que seja enviada uma carta à Casa Civil reportando a lentidão do órgão e questão da Extração Não Prejudicial (NDF), que vem gerando prejuízos à pesca no SE/S. A Sr.^a Sandra disse que uma reunião com os órgãos envolvidos foi marcada, mas precisou ser adiada por conflitos de agenda, mas será remarcada.

Os senhores Jairo (ABIPESCA), Antônio Carlos (PESCA-BR), André Mattos (FIESC) e Hazin (SINDIPESCA-RN) concordaram com Torquato e Giovani, dizendo que as normas devem ser claras para garantir segurança jurídica a todos, evitando interpretações direcionadas e prejuízos indesejados, que ocorrem tanto do Sul ao Nordeste. E sugeriram mediações entre o ministro do MPA e o presidente do IBAMA para que os descontentamentos do setor produtivo sejam transmitidos e resolvidos.

A Sr.^a Sandra informou que a solicitação será considerada e debatida com o gabinete do ministro. O Sr. Antônio Carlos informou que a PESCA-BR, juntamente com outras entidades, está tentando politicamente marcar uma reunião com a casa civil para mostrar a indignação quanto à postura do IBAMA.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (coordenador do GTC) pontuou sobre a transparência do processo de construção do estudo da NDF e de tubarões, afirmando que em sua



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

opinião deve ser feito junto ao GTC e CPG, mesmo sendo uma responsabilidade do IBAMA. No que tange ao questionamento do setor produtivo, encaminhado por e-mail ao GTC, sobre os dados de *shortfin mako* lembrou que esse estoque vai ser avaliado em junho no âmbito da ICCAT, e informou que já foram apresentadas e aprovadas informações de captura e de séries de CPUE.

A Sr.^a Sandra explicou que depois que ocorreram as reuniões no CPG, a maior demora foi para chegar a um alinhamento entre MPA e MMA, tratando-se de questões técnicas e não burocráticas. No entanto reforçou que já está no jurídico do MMA e é uma prioridade para a publicação da norma.

O Sr. Miquéias (APAI PESCA) também expressou descontentamento afirmando que comumente as decisões que visam ajudar os pescadores demoram muito, e deu seu total apoio às falas anteriores.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) informou que na última reunião do CONAPE foi lançado e votado uma moção de repúdio à postura do órgão fiscalizador quanto à várias pescarias nacionais, que trata os assuntos da pesca de forma letárgica, gerando muita insegurança jurídica. E comentou sobre o papel do CONAPE como conselho de consultoria para o ministro do MPA, consolidando e compartilhando os interesses do setor.

5. ENCERRAMENTO

A Secretária Executiva do CPG Atuns e Afins, Sr.^a Sandra Silvestre, encerrou as discussões devido à não manifestação de outros participantes. Ela agradeceu a participação de todos e à equipe do MPA por mais uma reunião que finalizada com sucesso e reforçou que haverá celeridade para a publicação do ato normativo de cotas da albacora-bandolim e do ato normativo do tubarão azul. Assim, solicitou que todos abrissem suas câmeras para registrar a foto oficial da reunião e, em sequência, deu por encerrada a 8ª Reunião Extraordinária do CPG Atuns e Afins.